

PARECER/2020/3

I. Pedido

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (doravante designada CMVM) solicitou à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) que se pronunciasse sobre o projeto de regulamento que *“visa concretizar a regulamentação dos Organismos de Investimento Alternativo Especializado de créditos criados pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro, assim como o conteúdo dos elementos instrutórios relativos à autorização de sociedades gestoras de fundos de capital de risco e de sociedades de investimento em capital de risco.”*

O pedido formulado e o presente parecer enquadram-se nas atribuições e competências da CNPD, enquanto autoridade nacional de controlo dos tratamentos de dados pessoais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º e no n.º 4 do artigo 36.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD), em conjugação com o disposto no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 4.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (a qual tem por objeto assegurar a execução, na ordem jurídica interna, do RGPD).

A apreciação da CNPD cingir-se-á às normas que preveem ou regulam tratamentos de dados pessoais.

II. Apreciação

A CMVM é a autoridade com competência para supervisionar e regular os mercados de instrumentos financeiros, assim como os agentes que neles atuam, promovendo a proteção dos investidores.

Nos termos do documento de consulta pública da CMVM n.º 8/2019 o *“Projeto de alteração do Regulamento da CMVM n.º 3/2015, de 3 de novembro sobre Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Alternativo Especializado”* tem, em suma, o seguinte enquadramento:

“Com o Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro, foi criada a figura dos fundos de crédito (“fundos de crédito” ou “OIAE de créditos”), tendo em vista a dinamização do mercado de capitais e a diversificação das fontes de financiamento das empresas. O objetivo foi o de melhorar o financiamento da economia, de forma direta, através da concessão de crédito às empresas, e de forma indireta, mediante a aquisição de créditos, incluindo créditos em incumprimento, permitindo colmatar falhas de mercado na procura e oferta de financiamento e melhorar a complementaridade com o setor bancário e os setores do capital de risco e de titularização de créditos.

(...) O presente documento de consulta apresenta e justifica a primeira alteração ao Regulamento CMVM n.º 3/2015, de 3 de novembro (Regulamento da CMVM n.º 3/2015) sobre Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Alternativo Especializado (projeto de regulamento), com vista à concretização do regime jurídico aplicável aos OIAE de créditos [Organismos de Investimento Alternativo Especializado de créditos], na sequência da previsão legal desta figura.

(...) Encontra-se em curso (...) a revisão transversal da matéria relativa ao reporte de informação à CMVM, nomeadamente das regras previstas no Regulamento da CMVM n.º 3/2015.”

O projeto de regulamento em análise prevê, por um lado, o tratamento de dados pessoais relativos aos “*membros dos órgãos de administração e fiscalização e de titulares de participações qualificadas*” e, por outro lado, o tratamento de dados pessoais de devedores, mutuários ou outros.

Quanto aos primeiros, o projeto de regulamento adita o artigo 1.º-A, que determina que os pedidos de autorização de sociedade gestora de fundos de capital de risco e de sociedade de investimento em capital de risco têm de ser instruídos com a informação constante do anexo I, de entre a qual se destaca a seguinte: «*d) Relativamente à informação sobre meios humanos, técnicos e materiais:*

(i) Nome completo dos titulares dos órgãos sociais e informação sobre a distribuição de pelouros, a exclusividade, a disponibilidade e a discriminação entre membros executivos e não executivos e entre residentes e não residentes em Portugal;

(ii) Nome completo sobre as pessoas responsáveis pela gestão do investimento, controlo interno, gestão de riscos, auditoria interna, prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, avaliação independente de ativos, e informação, para cada uma delas, sobre exclusividade, a disponibilidade e informação que permita

demonstrar a sua experiência, qualificação e competência para o desempenho da função;»

A este propósito, importa notar que, nos termos do RGPD, o tratamento de dados em questão será lícito, entre outros, se o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação legal a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito (cfr. artigo 6.º, n.º1, alínea *c*), do RGPD) ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento (cfr. alínea *e*) do n.º 1 do mesmo artigo).

De acordo com a informação fornecida pela CMVM, o tratamento daqueles dados pessoais decorre da obrigação legal ínsita no artigo 67.º do Regime Jurídico do Capital de Risco (aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março, alterada por último pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro), norma que prevê a avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e de titulares de participações qualificadas para o exercício de funções; donde, o tratamento dos dados pessoais relativos aos titulares dos órgãos sociais está legitimado na medida em que visa o cumprimento da obrigação legal decorrente daquela norma, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.

No que diz respeito ao «*Nome completo sobre as pessoas responsáveis pela gestão do investimento, controlo interno, gestão de riscos, auditoria interna, prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, avaliação independente de ativos, e informação, para cada uma delas, sobre exclusividade, a disponibilidade e informação que permita demonstrar a sua experiência, qualificação e competência para o desempenho da função*», a CMVM tem necessidade desta informação para a verificação do cumprimento dos requisitos de organização a que estão vinculadas as sociedades nos termos do artigo 57.º do Regime Jurídico do Capital de Risco, pelo que o seu tratamento encontra fundamento de licitude na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.

De resto, aos OIAE de créditos, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 5.º-C do Regime Jurídico do Capital de Risco, é vedada a concessão de créditos a pessoas

singulares, pelo que a previsão do n.º 2 do artigo 9.º-D do projeto, sobre a análise do risco de crédito, não comportará tratamento de dados pessoais.

Não obstante, sempre se assinala que, no caso de aquela disposição regulamentar pretender ainda abranger pessoas singulares, então a possibilidade do estabelecimento de perfis automatizados para a análise de risco no âmbito da concessão de crédito, por utilização de um algoritmo que determine a elegibilidade, constituirá um tratamento de dados pessoais sujeito a um regime especial de proteção no RGPD. Na verdade, os titulares dos dados pessoais têm direito a não ficar sujeitos a decisões tomadas exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produzam efeitos na sua esfera jurídica (cfr. n.º 1 do artigo 22.º do RGPD). Nos casos em que tais decisões sejam tomadas no âmbito da celebração de um contrato, impor-se-ia que o projeto prevísse medidas a adotar pelos responsáveis pelos tratamentos adequadas à salvaguarda dos direitos e liberdades e legítimos interesses do titular dos dados (cfr. alínea *a*) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 22.º do RGPD).

Ainda no caso das decisões exclusivamente automatizadas que produzam efeitos jurídicos na esfera do titular, o responsável pelo tratamento está obrigado a dar-lhe conhecimento da existência de automatismo nas decisões, do estabelecimento de perfis, lógica subjacente, bem como da importância e das consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados (cfr. alínea *g*) do n.º 2 do artigo 14.º do RGPD).

Considerando agora outros aspetos de regime, cumpre referir a necessidade de ser estabelecido no regulamento um concreto prazo máximo de conservação dos dados, não devendo a CMVM limitar-se a reproduzir o princípio da limitação da conservação previsto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD. Até porque a informação relativa ao prazo máximo para a conservação dos dados pessoais tem de ser prestada ao respetivo titular (cfr. alínea *a*) do n.º 2 e alínea *a*) do n.º 3 do artigo 14.º do RGPD).

Do mesmo modo, quanto às transferências para países terceiros ou organizações internacionais, importaria que o regulamento estabelecesse em que termos e com que fundamento de legitimidade estas serão admissíveis.

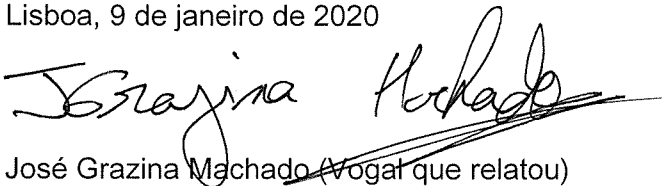
Finalmente, a CNPD considera conveniente que no projeto de regulamento em apreço se faça a remissão para o RGPD, destacando-se algumas das principais obrigações que dele decorrem, nomeadamente quanto à adoção de medidas de segurança e à prestação de informações sobre o tratamento de dados pessoais.

III. Conclusão

Com os fundamentos acima expostos, a CNPD recomenda que no Projeto se preveja:

- a) O prazo máximo de conservação dos dados pessoais, adequado à prossecução das finalidades visadas;
- b) As condições legitimadoras de transferência de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais;
- c) Uma remissão para o regime jurídico de proteção de dados, em especial quanto ao dever de informação e às medidas de segurança.

Lisboa, 9 de janeiro de 2020



José Grazina Machado (Vogal que relatou)